

## **Autógrafo 80/2022**

Protocolo 35573 Envio em 21/12/2022 15:51:48

### **AO PROJETO DE LEI Nº 066-2022**

#### **Autoria do Projeto: sr. Prefeito Municipal**

Autoriza o Poder Executivo municipal a conceder o direito real de uso, de forma onerosa, do bem público municipal denominado Frigorífico Regional de Ovinos/Suínos, para os fins específicos de exploração econômica de abate de animais ovinos e suínos, beneficiamento e comercialização dos produtos e subprodutos do processo de abate, e dá outras providências.

#### **A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA**

#### **A P R O V A:**

#### **CAPÍTULO I DO OBJETO DA CONCESSÃO**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o direito real de uso, de forma onerosa, do bem público municipal denominado Frigorífico Regional de Ovinos/Suínos, para os fins específicos de exploração econômica de abate de animais ovinos e suínos, beneficiamento e comercialização dos produtos e subprodutos do processo de abate.

**Art. 2º** Integram o bem público municipal, objeto da concessão de direito real:

I - o imóvel onde se encontra instalado o Frigorífico Regional de Ovinos/Suínos, na Rua Antônio de Castro, s/nº, bairro Tancredo Neves, CEP 19707-098, Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, parte integrante da Transcrição nº 10.484 do Cartório de Registro de Imóveis local, com área de 8.697,78 m<sup>2</sup> (oito mil seiscentos e noventa e sete metros quadrados e setenta e oito centímetros quadrados) e edificações com área de 1.252,10 m<sup>2</sup> (um mil duzentos e cinquenta e dois metros quadrados e dez centímetros quadrados), composto de área industrial, prédio administrativo, área de convivência, imóvel e abatedouro de bovino inativado, além da benfeitoria da estação de tratamento de efluentes com 1.566,00 m<sup>2</sup> (um mil quinhentos e sessenta e seis metros quadrados), destacado em croqui, memorial descritivo e laudo de avaliação, constantes do ANEXO II, parte integrante desta lei; e

II - os equipamentos disponibilizados pelo Município e instalados no imóvel objeto da concessão, relacionados no ANEXO III, parte integrante desta lei.

#### **CAPÍTULO II DA FORMALIZAÇÃO DA CONCESSÃO Seção I**

##### **Da Licitação e Contrato**

**Art. 3º** A concessão de direito real de uso será formalizada por meio de contrato administrativo, pelo qual a Administração municipal transferirá o uso remunerado do bem público à pessoa jurídica de direito privado selecionada na forma da legislação vigente, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de exploração econômica de abate de animais ovinos e suínos, beneficiamento e comercialização dos produtos e subprodutos do processo de abate.

**Art. 4º** A concessão de direito real de uso ao particular possui caráter estável, devendo ser precedida de licitação pública, mediante critérios constantes de edital convocatório, nos termos

vigentes das normas gerais de licitações e contratos.

**Art. 5º** Para se habilitar no processo licitatório, os interessados deverão preencher os requisitos exigidos nesta Lei, na legislação municipal correlata e na legislação federal vigente de licitações e contratos da Administração Pública, bem como se sujeitar a outras condições que venham a ser estabelecidas no instrumento convocatório da licitação.

**Art. 6º** São cláusulas essenciais do contrato de concessão de direito real de uso, as relativas:

- I - ao objeto;
- II - à especificação do bem e relação dos equipamentos concedidos;
- III - ao prazo da concessão;
- IV - à descrição das atividades permitidas a serem exploradas no referido bem;
- V - ao preço público fixado como contrapartida pela utilização do objeto da concessão, calculado conforme critérios e forma de pagamento constantes do edital convocatório e contrato;
- VI - aos direitos e garantias do concessionário;
- VII - às obrigações do concessionário, em especial as de:
  - a) no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato, realizar, às suas expensas, a reforma e adequações necessárias para implantação do processo de abate e processamento de subprodutos de ovinos e suínos;
  - b) iniciar o processo de abate e processamento de subprodutos de ovinos e suínos, no prazo de até 1 (um) ano, a contar da data de assinatura do contrato;
  - c) não alterar a finalidade da concessão;
  - d) não transferir, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos decorrentes da concessão;
  - e) não atrasar o pagamento por até 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, sob pena de perder automaticamente o direito à concessão;
  - f) observar, obedecer e atender as legislações federal, estadual e municipal;
  - g) atender, fielmente, as normas e exigências dos Poderes Públicos federal, estadual e municipal;
  - h) que ao menos 10% (dez por cento) da operacionalidade do objeto esteja disponível para atender a agricultura familiar e em acordo com as normas sanitárias exigentes;
- VIII - à especificação das prerrogativas da Administração Pública;
- IX - aos deveres relativos à manutenção do patrimônio público;
- X - às sanções;
- XI - às condições de prorrogação do contrato;
- XII - ao foro e modo para solução consensual e judicial das divergências contratuais, que será o da sede da Administração Pública municipal.

Parágrafo único. A demonstração dos critérios técnicos e referências de custos utilizados para apuração do preço público, será de responsabilidade do órgão municipal de agricultura e abastecimento.

## Seção II

### Das Competências e da Fiscalização

**Art. 7º** Caberá aos órgãos municipais, na esfera de suas competências:

- I - definir os critérios para a concessão;
- II - conduzir os procedimentos licitatórios;
- III - regulamentar e fiscalizar permanentemente as atividades desenvolvidas no bem concedido;
- IV - intervir na concessão para a preservação do interesse público ou para a defesa da juridicidade;

V - elaborar, aprovar e fiscalizar as ações e projetos de construção, manutenção, conservação e benfeitorias que venham a ser objeto dos instrumentos jurídicos de que trata esta Lei.

Parágrafo único. No exercício da fiscalização, o concessionário dará pleno acesso à Administração Pública municipal aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros pertinentes ao contrato.

### Seção III

#### Do Prazo e da Prorrogação

**Art. 8º** O prazo da concessão de direito real de uso será de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por igual período.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação deverá ser protocolado em até 60 (sessenta) dias antes do término do contrato, sob pena de extinção.

### Seção IV

#### Da Extinção da Concessão e da Devolução do Bem

**Art. 9º** Extingue-se a concessão de direito real de uso por:

I - decurso do prazo contratual;

II - rescisão, numa das seguintes modalidades:

a) rescisão unilateral, por razões de interesse público ou por inadimplemento do concessionário;

b) rescisão bilateral, mediante acordo entre a Administração Pública municipal e o concessionário;

III - invalidação.

§ 1º Extinta a concessão ou em caso de desativação do bem público, o mesmo deverá ser imediatamente devolvido ao Município nas mesmas condições recebidas, ressalvo o desgaste de sua normal utilização, sem que o concessionário tenha direito a qualquer tipo de indenização ou direito de retenção, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

§ 2º O bem público a ser devolvido ao Município inclui o imóvel, as edificações e melhorias existentes e as que vierem a ser construídas, sejam voluptuárias, necessárias ou úteis, e os equipamentos.

§ 3º Devolvido o bem público ao Município, este dará a destinação que melhor lhe convier, inclusive com novo processo licitatório para exploração.

§ 4º A rescisão ou invalidação da concessão de direito real de uso do bem público observará as normas gerais de licitação e contratação.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10.** As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Programa do Município, suplementadas se necessário.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 21 de dezembro de 2022.

**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
Presidente da Câmara

**MARCELO GREGORIO**  
Vice-Presidente

**VANES APARECIDA PEREIRA DA COSTA**  
1ª Secretária

**GRACIANE DA COSTA OLIVEIRA CRUZ**  
2ª Secretária



**REGISTRADO** em livro próprio na data supra e **PUBLICADO** por Edital afixado em lugar público de costume.

**ALESSANDRO CÉSAR CUNHA**  
Chefe de Gabinete

### **ANEXOS – Projeto de Lei nº 066/22**

CERTIFICO que os **Anexos** do Projeto de Lei nº 066/22, que “*Autoriza o Poder Executivo municipal a conceder o direito real de uso, de forma onerosa, do bem público municipal denominado Frigorífico Regional de Ovinos/Suínos, para os fins específicos de exploração econômica de abate de animais ovinos e suínos, beneficiamento e comercialização dos produtos e subprodutos do processo de abate, e dá outras providências*”, foram aprovados juntamente com o Projeto, em sua forma original, fazendo parte integrante deste **Autógrafo nº 0080-2022**.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 21 de dezembro de 2022.

**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal

Autógrafo 80/2022 Protocolo 35573 Envio em 21/12/2022 15:51:48  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Mesa Diretora.  
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: [https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/19039/19039\\_original.pdf](https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/19039/19039_original.pdf)

